

Meios de Obtenção de Prova no Âmbito das Medidas Cautelares e de Polícia

2017 · 2ª Edição

Paulo Alexandre Fernandes Soares

Profissional da Polícia de Segurança Pública

Mestre em Ciências Jurídico-Forenses

MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA NO ÂMBITO DAS MEDIDAS CAUTELARES E DE POLÍCIA

1ª Edição: Setembro, 2014

AUTOR

Paulo Alexandre Fernandes Soares

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78, 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Vasp - DPS

Julho, 2017

DEPÓSITO LEGAL

428681/17

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objecto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SOARES, Paulo Alexandre Fernandes

Meios de obtenção de prova no âmbito das
medidas cautelares e de polícia. - 2ª ed. - (Monografias)

ISBN 978-972-40-7068-1

CDU 347

1102658

ÍNDICE GERAL

RESUMO/ABSTRACT	15
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – A POLÍCIA	27
1.1. Evolução do Conceito de Polícia	25
1.2. Conceito de Polícia no Ordenamento Jurídico Nacional	30
1.2.1. Sentido material e institucional de polícia	32
1.2.1.1. Sentido material	32
1.2.1.2. Sentido institucional	36
1.3. Conceito Constitucional de Polícia	38
1.3.1. Fins da actividade policial	38
1.3.1.1. Defesa da legalidade democrática	39
1.3.1.2. Garantia da segurança interna	39
1.3.1.3. Defesa dos direitos dos cidadãos	41
1.3.1.4. Manutenção da “ordem pública”	42
1.3.2. Modalidades de polícia	43
1.4. Funções de Polícia	45
1.4.1. Introdução	45
1.4.2. Função de prevenção criminal	46
1.4.2.1. O princípio da oportunidade na prevenção do perigo	49
1.4.2.2. As ações de prevenção criminal no ordenamento jurídico nacional	51

1.4.3. Função de investigação criminal	56
1.4.4. A fronteira entre prevenção e investigação criminal	59
1.4.5. Medidas de dupla função	64
1.5. A Polícia no Processo Penal	66
1.5.1. A sua competência no âmbito do Processo Penal	71
1.5.2. Delegação de competências	76
1.5.2.1. Considerações finais	82
CAPÍTULO 2 – MEDIDAS CAUTELARES E DE POLÍCIA	85
2.1. Constitucionalidade das Medidas de Polícia	85
2.1.1. Manifestação do princípio da tipicidade nas medidas de polícia	88
2.1.2. Medidas de polícia e uso de meios coercivos	90
2.2. Medidas de Polícia Cautelares no Processo Penal	92
2.2.1. Natureza das medidas cautelares e de polícia	94
CAPÍTULO 3 – A PROVA PENAL	97
3.1. Noção e Âmbito	97
3.2. Métodos Proibidos de Prova	101
3.3. Efeitos da Prova Proibida	106
3.3.1. Doutrina do “ <i>feito à distância</i> ” ou da eficácia longínqua	114
3.4. Meios de Obtenção de Prova	122
CAPÍTULO 4 – MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA NO ÂMBITO DAS MEDIDAS CAUTELARES E DE POLÍCIA	125
4.1. Introdução	125
4.2. Comunicação da Notícia do Crime	126
4.2.1. A notícia do crime	126
4.2.2. A comunicação	127
4.2.3. O prazo	129
4.3. Providências Cautelares	131
4.3.1. Actos imediatos e urgentes para salvaguarda dos meios de prova	131
4.3.2. Conservação e exame dos vestígios	133
4.3.2.1. Exame vs perícia	134

4.3.2.2. Preservação cautelar dos vestígios	138
4.3.3. Recolha de informações	144
4.3.3.1. Informações junto dos suspeitos – das conversas informais	144
4.3.4. Apreensões cautelares e sua conservação	149
4.3.4.1. Validação das apreensões	153
4.3.4.2. Forma de validação	156
4.3.4.3. Consequências da omissão de validação	157
4.3.5. Apreensões de correspondência	159
4.4. Identificação e Solicitação de Informações	166
4.4.1. Introdução	166
4.4.2. Lei nº 5/95, de 21 de Fevereiro	167
4.4.3. Pressupostos da identificação	170
4.4.4. Procedimento e meios de identificação	176
4.4.5. Identificação coactiva	178
4.4.6. Recusa da identificação de suspeito da prática de crime	181
4.4.7. Procedimento de identificação do autor de uma contra-ordenação	186
4.4.8. Identificação preventiva de suspeitos	194
4.5. Revistas e Buscas Cautelares	201
4.5.1. Introdução	201
4.5.2. Revistas e buscas não domiciliárias	202
4.5.2.1. As revistas	203
4.5.2.2. As buscas não domiciliárias	206
4.5.3. Revistas e buscas cautelares	208
4.5.3.1. A validação	211
4.5.4. Revistas e buscas de carácter preventivo	213
4.5.5. Revistas e buscas de natureza excepcional	220
4.5.5.1. Buscas domiciliárias	232
4.5.5.1.1. Buscas “online”	237
4.5.5.2. A entrada no domicílio	238
4.5.5.3. Buscas domiciliárias de natureza excepcional	241
4.5.6. Conhecimentos fortuitos	249
4.6. Localização Celular	261
4.6.1. Introdução	261

4.6.2. Regime geral da localização celular	264
4.6.2.1. Direitos fundamentais violados pela localização celular	265
4.6.3. Âmbito de aplicação da medida	269
4.6.3.1. Conservação de dados de localização celular	271
4.6.4. Localização celular de âmbito cautelar	276
4.7. O Relatório	281
CONCLUSÃO	283
BIBLIOGRAFIA	291
ÍNDICE REMISSIVO	297